



## **MANIFESTO DO MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS EM FAVOR DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E EM DEFESA DOS SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

Na semana da JORNADA DE LUTA dos Movimentos Camponeses do Brasil, o MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA BAHIA pressiona os órgãos governamentais para exigir seus direitos.

As Comunidades Tradicionais Pesqueiras e Quilombolas da Bahia estão com seu modo de vida e territórios ameaçados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Brasileiro. São muitos os empreendimentos econômicos (industriais, turísticos, imobiliários, petroquímicos, aquícolas-produção de peixes e camarão em cativeiro...) que expropriam violentamente essas comunidades, degradam o meio ambiente, contaminam as águas, provocam adoecimento e morte, além de comprometer a manutenção da atividade e cultura pesqueira, a soberania alimentar e os modos de fazer, viver e criar destas comunidades.

1. Lutamos contra a publicação das inúmeras Instruções Normativas do Ministério da Pesca que retiram os direitos dos pescadores/as e burocratizam o acesso à documentação e aos benefícios trabalhistas e previdenciários conquistados num intenso processo de luta dos pescadores e das pescadoras do Brasil.
2. Lutamos pelo fim da perseguição e criminalização dos pescadores/as artesanais configuradas nas INs com o claro objetivo de inviabilizar o exercício da atividade pesqueira tradicional e impor o modelo de produção aquícola. Essa posição do MPA retrata uma profunda discriminação a cultura milenar da pesca artesanal, bem como, o racismo institucional contra as comunidades pesqueiras.
3. Lutamos pela Regularização dos Territórios Tradicionais Pesqueiros e Quilombolas, exigimos a publicação imediata e integral dos (RTIDs) - Relatórios Técnicos de Identificação, Delimitação e Titulação dos territórios das comunidades quilombolas, paralisados no INCRA.
4. Exigimos que a SPU acelere o processo de identificação das áreas da União e emita os Termos de Autorização de Uso-TAUs.
5. Repudiamos o processo de elaboração e identificação das espécies ameaçadas de extinção. Lutamos para assegurar a participação dos pescadores e das pescadoras no processo de reflexão e identificação das espécies ameaçadas de extinção, conforme o direito de consulta prévia assegurada pela Convenção 169-OIT desrespeitada pela Portaria 445 do MMA.

**ESTAMOS FIRMES PELA DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS E DOS NOSSOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E UNIDOS NA JORNADA DE LUTA COM OS TRABALHADORES E POVOS DO CAMPO NA LUTA PELA TERRA E ÁGUAS LIVRES.**

Ocupação Superintendência do Ministério da Pesca na Bahia - Salvador, 12 de março, 2015